

**Declaração de Dario Durigan  
Ministro da Fazenda, Brasil**

**Em nome da Constituency composta por Brasil, Cabo Verde, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname, Timor-Leste e Trinidad e Tobago**

**Comitê Monetário e Financeiro Internacional**

**Abril de 2026**

A Economia Global: um novo choque

**A guerra no Oriente Médio eclodiu em um momento delicado, quando a economia global começava a se estabilizar após uma sequência de perturbações de grande magnitude.** Apesar de uma série de choques, a economia mundial demonstrou notável resiliência ao longo da última década. Uma pandemia sem precedentes em um século, uma grande guerra na Europa e uma mudança repentina nas políticas comerciais testaram a capacidade global de resistir a crises. À medida que o crescimento se recuperava e a inflação desacelerava globalmente, uma nova guerra no Oriente Médio provocou sofrimento humano adicional e desorganizou os mercados globais de energia, potencialmente afetando também o de alimentos. Lamentamos observar que a projeção de crescimento global do FMI foi revisada para baixo, ao passo que a inflação tende a se elevar, refletindo tanto os efeitos diretos quanto indiretos do conflito. Em todo o mundo, o aumento dos preços de energia e alimentos tende a corroer a renda real, reduzir o consumo e dificultar os processos de desinflação em curso. A combinação de crescimento mais fraco e pressões inflacionárias ascendentes suscita preocupações quanto a dinâmicas de estagnação mundo afora e evidencia a crescente complexidade da política econômica.

**O novo choque produz efeitos desiguais, penalizando sobretudo economias de baixa renda e importadoras de energia.** Mesmo antes da guerra no Oriente Médio, o mundo já enfrentava desafios significativos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. À medida que países de baixa renda enfrentam as maiores revisões negativas de crescimento, condições financeiras mais restritivas e uma redução substancial da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), manifestamos preocupação de que o choque atual possa acarretar consequências particularmente graves para os mais pobres. Instamos os países de alta renda a honrarem seus compromissos de AOD e as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) a intensificarem seus esforços, permanecendo prontas para apoiar economias vulneráveis e populações em situação de necessidade.

**Os riscos para as perspectivas econômicas intensificaram-se na direção negativa.** Caso a guerra no Oriente Médio se prolongue ou se expanda pela região, as disrupções nos mercados de energia tenderão a persistir, com efeitos secundários sobre outras cadeias de suprimentos relevantes, como fertilizantes e alimentos, além de impactos adversos sobre a inflação e as condições financeiras. Ademais, uma crise de refugiados de grande escala poderá gerar efeitos desestabilizadores em diversas regiões. A possibilidade de escalada adicional do conflito agrava as cicatrizes ainda presentes de choques anteriores.

Em muitos países, o espaço fiscal é limitado e os colchões de proteção são reduzidos. O sistema global de comércio permanece fragilizado, e a fragmentação geoeconômica tende a se intensificar. As mudanças climáticas e a degradação ambiental continuam a representar ameaças existenciais à humanidade e devem ser enfrentadas com urgência pela comunidade internacional.

**Os esforços para implementar políticas macroeconômicas contracíclicas, quando apropriado e viável, contribuirão para mitigar os impactos da guerra.** Este cenário econômico desafiador exigirá renovado compromisso com a cooperação econômica global e o multilateralismo. Acolhemos a recomendação do FMI para que bancos centrais avaliem corretamente o choque de preços de energia, uma vez que a distinção entre efeitos de curto e longo prazo é extremamente difícil no momento. Nesse sentido, a política monetária deve ser adequadamente calibrada e claramente comunicada, de modo a preservar a credibilidade, ancorar expectativas e minimizar o repasse de choques de oferta à inflação. Adicionalmente, os países já vêm adotando um conjunto de medidas para reduzir o impacto de curto prazo da elevada volatilidade dos preços de energia sobre suas populações. Medidas focadas e temporárias para proteger a população e, em especial, os mais vulneráveis e assegurar a segurança alimentar e energética são justificadas. Sempre que possível, tais medidas devem ser fiscalmente neutras, combinando alívio à pobreza com mobilização de receitas principalmente dos segmentos de maior renda e riqueza. Como princípio, as populações mais pobres do mundo não devem arcar com o custo da guerra no Oriente Médio. Esperamos que o diálogo e os esforços diplomáticos possam em breve conduzir a uma paz duradoura, que alivie o sofrimento humano e não cause desarranjo às economias global e regional. Em passado não distante, a cooperação econômica internacional foi fundamental para retirar milhões da pobreza, elevar padrões de vida e fortalecer a resiliência global. Mantemos a convicção de que, por meio da ação conjunta, será possível conduzir a economia global a resultados mais favoráveis.

#### Brasil: mantendo a trajetória de desenvolvimento sustentável e inclusivo

**Não obstante os choques externos, a economia brasileira vem apresentando um bom desempenho.** Antes do início da guerra, a atividade econômica encontrava-se próxima ao seu potencial, após superar, por vários anos, as projeções do FMI e do mercado. A inflação vem convergindo para a meta, em resposta a uma postura monetária restritiva, permitindo ao Banco Central iniciar um ciclo de flexibilização. O Banco Central continuará a perseguir seu mandato de estabilidade de preços, assegurando, simultaneamente, a estabilidade financeira e buscando suavizar flutuações da atividade econômica e promover o pleno emprego. A posição externa manteve-se amplamente alinhada aos fundamentos, com o país em posição sólida para absorver choques, ancorado por um regime de câmbio flexível e robustos níveis de reservas internacionais. Nossa projeção mais recente indica crescimento do PIB de 2,3% em 2026, em consonância com os esforços para reforçar a consistência entre as políticas fiscal e monetária, permitindo uma consolidação fiscal gradual e favorável ao crescimento, ao mesmo tempo em que se

preservam gastos essenciais em proteção social e investimentos que elevam a produtividade. Os rendimentos reais médios apresentam trajetória ascendente, enquanto o desemprego e a desigualdade permanecem próximos a níveis historicamente baixos, corroborando o desempenho positivo da economia real e contribuindo para a estabilidade político-institucional.

**A economia brasileira encontra-se em posição robusta para lidar com os efeitos significativos do choque global nos preços de energia.** Em 2016, o Brasil tornou-se exportador líquido de petróleo, gerando crescentes superávits comerciais. Em 2025, petróleo e derivados responderam por cerca de 16% do valor total das exportações brasileiras e aproximadamente 8% das importações, resultando em saldo líquido positivo próximo a US\$ 32 bilhões. A elevação dos preços internacionais do petróleo tende a ampliar esse superávit, contribuindo para maiores exportações líquidas. Ademais, investimentos contínuos em fontes renováveis de energia e biocombustíveis resultaram em uma matriz energética distintamente robusta e limpa, reforçando a resiliência da economia brasileira. Todavia, tais efeitos podem ser parcialmente compensados por restrições no acesso a fertilizantes - insumo essencial para as exportações do agronegócio brasileiro, bem como pela redução da demanda global, elevação dos preços de importação e condições financeiras mais restritivas.

**O Brasil também adotou medidas relevantes para elevar estruturalmente a produtividade e reduzir a pobreza e a desigualdade.** Uma reforma histórica do imposto de renda entrou em vigor em 2026, incluindo ampla redução tributária para a base da pirâmide de contribuintes, integralmente compensada pela instituição de alíquotas efetivas mínimas para os 0,2% mais ricos. Ademais, 2026 marca o início da implementação de uma ampla e necessária reforma tributária, que instituiu um sistema nacional de IVA dual, com ganhos de eficiência substanciais em relação ao sistema atual, excessivamente fragmentado. Sob a liderança do Ministério da Fazenda, nosso abrangente Plano de Transformação Ecológica fundamenta-se nas vantagens comparativas do Brasil para promover o desenvolvimento por meio de uma relação sustentável com a natureza. Paralelamente, uma série de reformas microeconômicas elevou a eficiência e a equidade nos mercados de crédito. Em conjunto, essas reformas criaram um ambiente macroeconômico resiliente. Estamos confiantes de que seremos capazes de manter a trajetória de desenvolvimento sustentável e inclusivo, apesar das dificuldades no cenário externo.

**O firme compromisso do Brasil com a responsabilidade fiscal e a estabilidade de preços constitui o alicerce de seu crescimento sustentável e inclusivo.** Desde 2023, o Governo Federal vem implementando medidas voltadas à obtenção do equilíbrio das contas públicas, ao mesmo tempo em que concilia esforços de sustentabilidade fiscal, social e ambiental, em conformidade com o Estado de bem-estar social instituído pela Constituição Federal de 1988. Os resultados fiscais dos últimos três anos e as projeções para 2026 refletem nossa determinação inequívoca em promover uma consolidação fiscal compatível com o crescimento. A meta estabelecida para o ano corrente é um superávit primário de 0,25% do PIB. Para 2027, a meta fiscal corresponde a um superávit de 0,50%

do PIB; elevando-se para 1% do PIB em 2028; e 1,25% em 2029, levando à estabilização da dívida pública em 2030. O ajuste fiscal gradual implementado nos últimos anos combinou medidas de elevada qualidade pelo lado da receita com revisões de gastos e racionalização das despesas. Tal abordagem é consistente com nosso propósito de utilizar a política fiscal de forma responsável como instrumento de apoio ao crescimento, à estabilidade macroeconômica e à promoção da justiça social.

#### FMI: momento de intensificar o apoio aos países-membros

**Continuamos a apoiar o papel do FMI como instituição insubstituível no centro da rede global de segurança financeira.** Destacamos a qualidade e a relevância para a formulação de políticas bem como a atualidade das publicações do FMI nesta primavera. Além de uma avaliação franca dos efeitos da guerra no Oriente Médio, tais publicações trazem importante alerta quanto às implicações do aumento dos gastos com defesa e às consequências macroeconômicas devastadoras de guerras e conflitos em geral. A independência analítica do Fundo constitui um bem público global de elevado valor. Para cumprir seu papel e apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável dos países-membros, o FMI deve permanecer forte, ágil e adequadamente equipado. Apoiamos a continuidade dos trabalhos em temas macro críticos que sejam particularmente relevantes para a maioria dos membros, como mudanças climáticas, desigualdade social, disparidades de gênero e tributação progressiva. Temos elevadas expectativas nas revisões em curso das políticas de supervisão (*surveillance*) e condicionalidade (*conditionality*), de modo a tornar o Fundo mais responsivo às necessidades dos membros e fomentar maior engajamento com a sociedade civil e a academia. Alertamos contra tentativas de grandes membros de impor ao Fundo restrições orçamentárias injustificadas e desproporcionais, que possam comprometer sua capacidade de cumprir seu mandato.

**A guerra no Oriente Médio demanda ações urgentes.** Em momentos de crise como este, os países-membros recorrem ao FMI não apenas em busca de orientação de políticas públicas, mas, sobretudo, como fonte de financiamento emergencial. Caso os preços de energia permaneçam nos níveis atuais, o Fundo deve monitorar de perto os impactos sobre a segurança energética e alimentar, estando preparado para prover financiamento emergencial aos membros mais pobres, conforme necessário. Adicionalmente, em um contexto de retração da AOD, a garantia de financiamento estável com alocação de recursos orçamentários próprios do Fundo para iniciativas de desenvolvimento de capacidades, orientadas pela demanda, deve constituir prioridade. Incentivamos o Fundo a continuar oferecendo apoio sob medida a Estados frágeis e afetados por conflitos, bem como a pequenos Estados em desenvolvimento, em consonância com suas vulnerabilidades específicas.

**Acolhemos os Princípios Orientadores de Diriyah sobre Reformas de Cotas e Governança e reiteramos a necessidade de avanços urgentes nessa agenda.** Tais princípios representam um passo na direção correta, rumo a um FMI mais representativo. Para cumprir seu papel no centro da rede global de segurança financeira, os processos

decisórios do Fundo devem tornar-se mais inclusivos, com maior representação de países em desenvolvimento e de economia emergente. Apoiamos a rotação regional em cargos de alta gerência das instituições de Bretton Woods e maior representatividade nos cargos de Diretores-Gerentes Adjuntos. Instamos os membros que ainda não o fizeram a conceder consentimento à 16ª Revisão Geral de Cotas (GRQ) e conclamamos o conjunto dos membros a iniciar prontamente as negociações para a 17ª GRQ e assegurar que esta promova um realinhamento significativo de cotas e reformas de governança para ampliar a representação dos países em desenvolvimento e de economia emergente.